

Dauster volta ao Brasil sem acordo com banqueiros

Manoel Francisco Brito
Correspondente

NOVA IORQUE — O negociador da dívida externa brasileira, embaixador Jório Dauster, retornou ontem a Brasília sem um acordo com os bancos credores privados sobre a proposta do Brasil para o pagamento dos US\$ 8,4 bilhões dos juros atrasados. Mas isso não quer dizer que esta nova rodada de negociações, iniciada na última segunda-feira, tenha terminado num impasse. Ao contrário. “Aos pouquinhos, os dois lados começam a aparar suas diferenças”, confidenciou uma importante fonte financeira de um banco americano.

A distância entre o Brasil e os bancos internacionais, no entanto, ainda é razoavelmente grande. Os credores não recusam a ideia de brasileira de pagar até o fim do ano 15% do total que atualmente é devido em juros — embora haja discordâncias quanto ao tamanho exato do que este percentual equivaleria em dinheiro. O que separa os dois lados diz respeito ao restante desta dívida. Dauster propôs que ela tivesse prazo de carência de cinco anos.

A partir daí, esse montante seria transformado em bônus de 15 anos, sobre o qual incidiriam juros fixos. Os credores querem que o pagamento dos atrasados seja reescalonado por um prazo de cinco anos e os juros que incidem sobre as parcelas fixados a partir da *Libor* (taxa interbancária de Londres) mais 1%. Além desse desacordo, Dauster e os bancos também esbarraram em outros na mesa de negociações. O primeiro deles diz respeito ao valor em dinheiro dos 15% que o país se comprometeria a pagar em dezembro.

Os banqueiros começaram imaginando a princípio que o pagamento seria em torno de US\$ 750 milhões. Para chegar à conta, eles isolaram do total devido as dívidas das estatais brasileiras que não têm o aval do Tesouro Nacional. Dauster tranquilizou-os informando que o governo brasileiro trabalhava com a quantia de US\$ 900 milhões, mas o fez colocando um pouco de pressão, insinuando que, à falta de um acordo, Brasília poderia retirar o aval do Tesouro de todos os empréstimos.

Desavenças — Os banqueiros estrilaram. “Isso é inaceitável, porque o aval faz parte da maioria dos contratos”, disse um deles. Além disso, mesmo que a quantia em questão seja US\$ 900 milhões, os bancos buscam receber

um pouco mais. Como se não bastassem as desavenças sobre os US\$ 8,4 bilhões de juros atrasados, Brasil e credores também têm diferenças quanto ao montante que seria pago da parcela de juros que vence no primeiro semestre de 1991. O governo Collor propôs 25% e os bancos querem receber 50%.

“Não houve nenhuma tentativa de marcar posições definidas nestas negociações”, informou outro banqueiro, indicando que o clima da conversa está melhorando. “Os dois lados buscaram mais esclarecer suas propostas do que propriamente confrontá-las. Mas o Brasil precisa melhorar um pouco o que tem a oferecer”. Essa também era a visão de membros da delegação brasileira. Dauster, que ficou reunido com os bancos pela manhã, não falou à imprensa.

Mas João Almino, conselheiro da embaixada do Brasil em Washington, foi categórico ao afirmar que não existe uma situação de confronto. “As negociações estão prosseguindo”, disse ele, para depois informar que Dauster estaria de volta a Nova Iorque para novas conversas na próxima semana. “Essa rodada permitiu sobretudo que os pontos da proposta brasileira sobre os juros fosse totalmente esclarecido aos banqueiros. Eu não posso nem dizer se houve ou não acordo porque não se chegou a esse ponto nas discussões”.

Almino afirmou também que a proposta brasileira teve um bom impacto, porque ela se dirige a discutir a questão mais premente para os banqueiros: os juros atrasados. “De fato, isto teve um dado positivo no comitê”, disse um credor, lembrando porém que existem desavenças. Almino, de seu lado, lembrou também que ao propor uma forma de saldar os juros atrasados, o Brasil de modo nenhum deixou de lado sua briga para conseguir um acordo de longo prazo sobre o reescalonamento de sua dívida que leve em conta a capacidade do país de fazer pagamentos.

Esse é também um ponto delicado na atual fase de negociações. O governo Collor se dispõe a rever sua posição anterior de não fazer nenhum desembolso para os credores até o fim do ano, desde que eles aceitem um termo geral de compromisso para nortear o resto das conversas levando em conta os dois conceitos fundamentais do Brasil para atacar a questão da dívida externa. Até agora, embora o debate sobre os atrasados tenha deixado o problema um pouco de lado, os credores não parecem dispostos a engolir a ideia. E ainda vão exigir muita conversa.